

17ANEXO V - MODELO DE RELATÓRIO DE GESTÃO
(PORTARIA CGU Nº 2238, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008)

Relatório de gestão

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Gabinete do Ministro – GM/MJ	
CNPJ	00.394.494/0001-36	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo Federal	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça -	
Endereço completo da sede	Ed. Sede do Ministério da Justiça, 4º andar Esplanada dos Ministérios, Bloco T CEP 70064-900 Brasília, DF Telefone: (61) 3429 3733 / 3195	
Endereço da página institucional na internet	www.mj.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de trata o Relatório de Gestão e respectiva data publicação no Diário Oficial da União	Estrutura Regimental: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007. Regimento Interno: Portaria nº 1.146, de 10 de junho de 2008, publicada no D.O. U. de 11 de junho de 2008.	
Nome e código no SIAFI	GM – MJ	
Código da UJ titular do relatório	200001	
Código das UJs abrangidas	- x -	
Código da UJ titular do relatório		
Códigos das UJ abrangidas		
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.	
Função de governo predominante	Direitos da Cidadania	
Tipo de atividade	Área meio	
Unidades Gestora utilizadas no SIAFI	Nome: GM – MJ	Código 200001

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

O Gabinete do Ministro é um órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Justiça. Além das atribuições estabelecidas regimentalmente, foram acometidas ao Gabinete as funções de coordenação da Publicidade de Utilidade Pública, as da Comissão de Anistia e a secretaria-executiva do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci.

Apoio Administrativo

A fim de viabilizar sua missão institucional, o Gabinete do Ministro conta com o **Programa 0750 – Apoio Administrativo e a Ação 2000 – Administração da Unidade**, para a elaboração da proposta orçamentária, acompanhamento da programação financeira, concessão de suprimento de fundos, emissão de passagens e concessão de diárias para o Ministro, Chefe de Gabinete, Assessores, servidores e colaboradores.

Publicidade de Utilidade Pública

O Gabinete do Ministro planeja, coordena e desenvolve a política de comunicação social do Ministério, em consonância com as diretrizes de comunicação da Presidência da República. Conta, para isso, com a **Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública**, no âmbito do **Programa 0698 Gestão de Políticas Públicas**. Para essa ação, foi previsto, pela Lei nº 11.647/2008, um orçamento anual no valor de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais) e suplementação de R\$ 2.500.000 (dois milhões e 500 mil reais). Embora esteja alocada no Gabinete, essa ação é executada pela UG 200005 (CGL - Coordenação Geral de Logística), à qual foi repassado, no exercício de 2008 através de COMUNICA (SIAFI), o valor integral de R\$ 12.500.000 (doze milhões quinhentos mil reais).

Comissão de Anistia

As atribuições da Comissão de Anistia, vinculada diretamente ao Gabinete e criada para apreciar os requerimentos de pedidos de anistia de perseguidos políticos pelo Estado entre 1946 e 1988, foram estendidas em 2008, com a Portaria MJ nº 858, para também promover atividades de divulgação do trabalho e preservação do Acervo da Comissão junto à sociedade.

Essas atividades, mormente, compreendem eventos e publicações que contribuem para a reflexão sobre os períodos de exceção e, conseqüentemente, estimulam o fortalecimento da democracia, e estão previstas na **Ação 8946 - Preservação do Acervo e Divulgação da COMISSÃO DE ANISTIA** no âmbito do **Programa 0698**.

Tanto para o cumprimento das responsabilidades institucionais da Comissão, como para as previstas na Ação 8946, o Gabinete do Ministro executa somente passagens e diárias dos servidores e conselheiros da Comissão de Anistia. Os recursos dessa Ação, que são utilizados para outros elementos de despesas, bem como passagens e diárias de colaboradores da Comissão, são executados pela UG 200005 - Coordenação Geral de Logística/CGL do Ministério.

Em dezembro de 2008, foi firmado o **Acordo de Coperação Técnica Internacional entre o Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**, por intermédio da Agência Brasileira de Coperação do Ministério das Relações Exteriores, instituindo o projeto *“Coperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional no Brasil” (BRA/02/021)*. Referido instrumento, com objetos de execução até dezembro de 2010, visa fortalecer o intercâmbio e o fortalecimento internacional da Comissão de Anistia, especialmente no que concerne à implementação no Brasil de políticas exitosas de países da América Latina nas áreas da reparação da verdade e memória histórica e da promoção de justiça.

Estão previstas nessa coperação a realização de seminários internacionais no Brasil e no exterior, a contratação de pesquisas temáticas sobre a anistia no Brasil, com vistas à publicação, contratação de consultorias especializadas para o acompanhamento e melhoria de políticas nacionais em curso e intercâmbio de experiências e capital humano nas áreas de gestão pública e social dos acervos transicionais.

Pronasci

Com a tarefa de enfrentar e buscar soluções para as demandas de segurança pública, juntamente com Estados e Municípios, o Presidente da República sancionou a Lei 11.530, no dia 24/10/2007, instituindo o **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci (Programa 1453)**, alterada posteriormente pela Lei 11.707, de 19/06/2008.

A Portaria MJ 1.576, de 21 de setembro de 2007 dispõe sobre o Comitê Gestor do Pronasci, composto por uma Secretaria-Executiva do Programa, ocupada pelo Chefe de Gabinete do Ministro.

Objetiva-se, especificamente, com sua implementação, enfrentar a criminalidade e a violência nas raízes sociais e culturais, bem como reduzir, de forma significativa, os altos índices de criminalidade em territórios de descoesão social, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de coperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a

participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social.

Em 2008, o Programa contou com as seguintes **Ações Orçamentárias**, que serão detalhadas nos Relatórios de Gestão das Secretarias e/ou Departamentos a que estejam também diretamente vinculadas:

- **8375** – Campanha do Desarmamento
- **8853** – Apoio à Implantação de Políticas Sociais
- **8854** – Gestão e Comunicação do Pronasci
- **8855** – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública
- **8856** – Modernização de Estabelecimentos Penais
- **8857** – Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã
- **8858** – Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública
- **8860** – Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Especiais

O público alvo desse Programa é composto por:

- adolescentes em conflito com a lei: adolescentes infratores cumprindo medidas de proteção ou sócio-educativas;
- jovens condenados a penas privativas de liberdade;
- jovens egressos do sistema prisional;
- jovens que concluíram o serviço militar obrigatório (reservista-cidadão);
- jovens em situação infracional ou em conflito com a lei, com baixa escolaridade, baixo acesso ao mercado de trabalho, com atividade sexual precoce e de risco e expostos à violência doméstica e urbana;
- operadores de segurança pública, e;
- comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

O Pronasci é composto por 94 atividades, distribuídas em três grandes eixos nacionais: *Modernização das instituições de Segurança Pública e do Sistema Prisional; Valorização dos Profissionais de Segurança Pública e do Sistema Prisional, e Enfrentamento à Corrupção Policial e ao Crime Organizado.*

Essas atividades têm por objetivo contribuir para a mudança do modelo em segurança pública, bem como do comportamento dos profissionais envolvidos. Com o Pronasci, implementa-se uma nova filosofia de ação local, denominada **Território de Paz**, que traz com

ela a interação do jovem e da família, possibilita maiores investimentos em segurança e melhora a convivência e a qualidade de vida dos territórios em descoesão social.

Inicialmente, em 2008, a referida filosofia foi implementada nos seguintes locais: em Recife (PE) no Bairro de Santo Amaro; Rio de Janeiro (RJ) na Favela Nova Brasília, sediada no Complexo do Alemão; Distrito Federal (DF) – Itapoã e em Rio Branco (AC), no Bairro de Santa Inês.

Para a seleção das regiões mencionadas acima, ressalte-se que a Comissão encarregada pelo Programa baseou-se no documento “*Diagnóstico da Incidência de Homicídios nas Regiões Metropolitanas*”, produzido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do MJ, considerando o alto número de homicídios e outros delitos violentos.

Para a realização das atividades de gestão do Pronasci, constituiu-se por meio da Portaria-MJ n.º 1.576, de 21/09/2007, o Comitê Gestor composto pela Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, pela Secretaria Executiva do Pronasci, Secretaria de Assuntos Legislativos, Secretaria Nacional de Segurança Pública e Departamento Penitenciário Nacional. Versa, ainda, no art. 2º da referida Portaria, que “*A Secretaria Executiva do PRONASCI terá a atribuição de implementar, acompanhar e gerir as políticas do Programa, bem como subsidiar a tomada de decisões por parte do Comitê Gestor...*”. Devido à inovação em Segurança Pública pretendida pelo Pronasci, como já referido, a Secretaria Executiva do Programa é exercida pelo Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça.

Para o monitoramento e a avaliação do Pronasci, o MJ contratou a **Fundação Getúlio Vargas – FGV**, objetivando desenvolver um sistema capaz de realizar tais atividades, atualmente denominado de **Sistema de Monitoramento e Acompanhamento do Pronasci – SIMAP**, que se encontra em fase de implementação. Portanto, quanto ao alcance das metas físicas previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA, ainda não foi possível apurá-las. Já quanto às metas financeiras, verifica-se, pelo SIAFI, que o orçamento desse Programa, em 2008, foi 98,45% utilizado. As demandas a esse contrato são feitas pela SENASP e a execução feita pela UG 200005 Coordenação Geral de Logística /CGL, com o acompanhamento do Gabinete.

Foi celebrado, também, um **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL JUNTO À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO)**, que tem como objetivo a construção de capacidades técnicas, institucionais e operacionais para a implantação e consolidação de políticas públicas de segurança com cidadania no País, priorizando, mais especificamente, 03 dos projetos que compõem o Pronasci: *Mulheres da Paz*, *Protejo* e *Cursos Preparatórios para o Enem*.

A execução desse Acordo permitirá a criação de contextos seguros de socialização e crescimento, através de estratégias sociais formativas que ofereçam aos jovens uma condição nova de enfrentamento da violência, tanto como vítimas, quanto como autores. As atividades previstas no âmbito do Acordo serão desenvolvidas, inicialmente, nas regiões metropolitanas com altos indicadores de criminalidade, em especial homicídios, e que possuem ou possuirão os Territórios de Paz.

Como o projeto foi assinado somente em dezembro de 2008, não há que se falar a respeito de indicadores alcançados e mudanças de estratégias, visto que ainda não houve

tempo hábil para o surgimento de eventuais entropias. Atualmente, encontra-se na fase de contratação de consultores para o desenvolvimento das atividades previstas e almejadas.

Os obstáculos encontrados pelo Pronasci, durante o exercício de 2008, foram inúmeros, tais como:

- foi o primeiro ano de execução em sua totalidade;
- os encaminhamentos dos projetos pelos Estados, Municípios e Sociedade Civil Organizada deram-se apenas no segundo semestre de 2008, dificultando a celebração dos instrumentos jurídicos, bem como a liberação dos recursos;
- as restrições impostas pela legislação eleitoral, levando-se em conta que o Pronasci versa não só sobre questões de segurança pública, como também sobre temas sociais; peculiaridade que o torna um programa inovador;
- a necessidade de consolidação das articulações internas, uma vez que o Programa conta com a participação e execução das Secretarias e Departamentos do MJ;
- escassez de infraestrutura adequada e de recursos humanos capacitados para atender a todas demandas geradas por um Programa dessa complexidade; entre outros.

No intuito de amenizar a deficiência de pessoal e, tendo em vista a Lei 8.745, de 9/12/1993, o Ministério da Justiça realizou, em setembro de 2008, um processo seletivo simplificado – PSS, destinado à contratação por tempo determinado de profissionais para o exercício de atividades técnicas especializadas para o PRONASCI. Foram selecionados 58 servidores temporários para Brasília e 25 para os Estados. Os referidos servidores tiveram suas contratações iniciadas em janeiro de 2009 e encontram-se em fase de ambientação.

Vale destacar a escassez de cargos comissionados para o Programa, pois quase toda a força de trabalho é terceirizada, o que limita a atuação da referida força.

Considerando esses fatos, bem como o Termo de Ajuste de Conduta – TAC, firmado no Ministério Público Federal para substituição da mão-de-obra terceirizada, o Ministério da Justiça já obteve autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de concurso público, objetivando o preenchimento de vagas para seu quadro efetivo.

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

Apoio Administrativo

Com relação à área **administrativa**, esta Unidade Gestora 200001/GM, além de executar os recursos do PI 101DP (Administração dos Serviços do Gabinete), passou também a executar os do PI 1104DP (Administração dos Serviços da Comissão de Anistia), o PI 110A (Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia), o PI 3003D (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI), o PI 3006K (PROTEJO-Jovem) e PI 3002Z4 (Implementação de Cursos).

Publicidade de utilidade pública

Cabe ao Ministério da Justiça, por meio da Assessoria de Comunicação Social do Gabinete (ACS), informar, orientar, prevenir e/ou alertar a população em geral e alguns segmentos específicos acerca de seus direitos e deveres. Os investimentos em **publicidade de utilidade pública**, no exercício de 2008, foram estabelecidos em consonância com a missão do Ministério, de garantir e promover a cidadania, a justiça e a segurança pública em uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade. Concentraram-se em temas como segurança pública (Pronasci, registro de armas e combate ao uso de álcool nas estradas), combate à pirataria, e nova lei de atendimento ao consumidor para serviços regulados pelo Estado.

Comissão de Anistia

A **Comissão de Anistia**, foi criada pela Lei 10.559/02, originalmente para a apreciação dos requerimentos dos pedidos de anistia de perseguidos políticos pelo Estado brasileiro entre os anos de 1946 e 1988. A Portaria MJ n.º 858/2008, entretanto, ampliou tal escopo de ação, instituindo o Memorial da Anistia Política no Brasil, enquanto Grupo de Trabalho destinado à preservação e divulgação da memória política brasileira, contida nos requerimentos de anistia.

Assim, definem-se como responsabilidades institucionais da Comissão (I) a apreciação dos processos, sendo estas despesas vinculadas ao Gabinete do Ministro de Estado da Justiça; e (II) promover ações de divulgação do trabalho e preservação do Acervo da Comissão junto à sociedade, através, mormente, de publicações e eventos que contribuam para a reflexão sobre os períodos de exceção e, conseqüentemente, estimulem o fortalecimento da democracia, com verbas próprias para a Comissão, conforme destinadas pelo Orçamento da União.

Pronasci

Considerando que a Segurança Pública é constitucionalmente uma política pública de competência dos Estados e que a formatação do Estado Brasileiro é de uma República Federativa, cabe ao Ministério da Justiça apoiar tecnicamente, incentivar por meio de reflexões e também investir recursos nessa área.

No entanto, as políticas de segurança implementadas não respondiam às demandas, tanto é que, mesmo com investimentos de Estados e Municípios e da União, em alguns Estados os índices de violência continuavam subindo. Isso por si já sinalizava que era necessária uma nova proposta.

O **PRONASCI** surge como um programa de prevenção em segurança pública com base nos parâmetros utilizados no primeiro mandato do Presidente da República e tem como filosofia a articulação da União com Estados e Municípios. São ações sociais e de segurança executadas harmonicamente, o que estabelece um equilíbrio social nas regiões mapeadas com maior índice de homicídios e de maior exclusão social. Todo esse movimento coloca um novo ator em cena, os municípios, porque é nesse espaço que tudo ocorre.

O Ministro da Justiça, em uma das suas diretrizes sobre o Pronasci, denominada de horizontalidade, segurança pública e jurídica, expressa que tanto a definição sobre um novo

paradigma em segurança pública, como a inovação sobre a sua implementação, deverá contar com a participação de todas as secretarias e departamentos do Ministério da Justiça.

O Gabinete do Ministro, juntamente com as Secretarias e Departamentos do Ministério, configura o espaço político-institucional onde estão sediadas as coordenações de todos os Programas e Projetos do Ministério da Justiça. A coordenação geral do Pronasci está sediada diretamente no Gabinete e o seu secretário-executivo é o Chefe de Gabinete do Ministro.

Política indigenista

Com relação à política indigenista, considerando que o Ministério da Justiça é o responsável pelas Portarias Declaratórias das Terras Indígenas e pelo encaminhamento à Presidência da República para Decreto Presidencial, o Gabinete dispõe de uma assessora técnica na área indígena, que também ocupa o cargo de Secretária-Executiva da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI. Essa assessoria atua na mediação de conflitos de índios com índios, com a FUNAI, com a FUNASA e com órgãos estaduais. Ressalte-se que não há uma ação orçamentária específica para esta atividade.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Apoio Administrativo

Com relação à área **administrativa**, esta Unidade Gestora, além de executar os recursos do PI 101DP (Administração dos Serviços do Gabinete), passou também a executar os do PI 1104DP (Administração dos Serviços da Comissão de Anistia), o PI 110A (Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia), o PI 3003D (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI), o PI 3006K (PROTEJO-Jovem) e PI 3002Z4 (Implementação de Cursos).

Foram utilizados recursos nos seguintes **elementos de despesa**: 3.3.9.0 – 14 – Concessão de diárias, no país e no exterior; 3.3.9.0 – 30 – Material de Consumo (suprimento de fundos); 3.3.9.0 – 33 – Despesas com emissão de passagens aéreas, no país e no exterior; 3.3.9.0 – 36 – Concessão de diárias a colaborador eventual; 3.3.9.0 – 39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (suprimento de fundos); 3.3.9.0 - 93 – Indenizações e Restituições; 3.3.8.0-39 – Outros Serviços de Terceiros (Pessoas Jurídicas) e 4.4.8.0-52 (Aquisição de Equipamentos e Material Permanente). Estes dois últimos relacionados ao *Acordo de Cooperação Técnica nº 1 entre a UNESCO e o Ministério da Justiça*, assinado em 22 de dezembro de 2008 e publicado no D O U em 23 de dezembro de 2008.

Publicidade

Em todas as campanhas **de publicidade de utilidade pública** desenvolvidas pelo Ministério da Justiça, para que os objetivos de comunicação fossem atingidos, além das mídias de massa tradicionais (TV, rádio, jornal), fez-se necessário também a adoção de estratégias de

comunicação dirigida, como produção e divulgação de material gráfico, veiculação de anúncio em traseiras de ônibus e paradas de ônibus, divulgação de mensagens direcionadas em carros de som, ações na internet, mobiliários urbanos e material gráfico.

Uma vez que a rubrica orçamentária do Ministério da Justiça não é suficiente para atender a todas as necessidades de divulgação, é necessário otimizar recursos com ações focadas e em períodos próximos à execução dos eventos, utilizando mídias direcionadas e regionalizadas. A opção por inserções eletrônicas em sites e portais de Internet visa ampliar o público atingido pelas campanhas.

O conteúdo das mensagens também recebe atenção especial, levando em conta os contextos político, econômico e social que envolvem cada ação. No caso do lançamento do Território de Paz, do Pronasci, por tratar-se de atividades de segurança pública e de prevenção à violência, direcionadas à população dos municípios mais violentos do País, houve a preocupação de não se transferir a responsabilidade constitucional dos estados pela segurança pública para a União e municípios. O foco do discurso, nesse aspecto, foi de que a União tem condições de apoiar os estados e municípios, mas sem substituí-los em nenhum momento. Outro desafio é apresentar à sociedade brasileira um novo paradigma para a segurança pública, que se dá por meio da articulação de ações de segurança com políticas sociais, substituindo a máxima de que “violência se combate apenas com repressão”.

A campanha contra o uso de álcool nas rodovias foi uma resposta à sociedade da preocupação do Governo Federal quanto aos índices alarmantes de acidentes nas estradas. A campanha também teve o intuito de massificar na sociedade o conceito da proibição da bebida ao volante e alertar os motoristas sobre o rigor na fiscalização da Polícia Rodoviária Federal.

As atividades de publicidade de utilidade pública para a nova lei de atendimento ao consumidor vão ao encontro da missão do Ministério de zelar pelo direito do consumidor e oferecer uma resposta às constantes situações de desrespeito praticadas pelas prestadoras de serviços regulados. A campanha teve o objetivo não somente de divulgar a vigência da nova lei, mas também de orientar o consumidor a exigir o respeito aos seus direitos.

Comissão de Anistia

Quanto à atividade de apreciação dos requerimentos de anistia, seguiram-se em 2008 as estratégias exitosas de 2007, que permitiram dobrar a média mensal de processos julgados em relação aos anos anteriores:

1º) foram triplicadas as Turmas de Julgamento, que passaram de duas para seis, semanalmente;

2º) aumentou o quantitativo de prestadores de serviço na Comissão, o que possibilitou melhor organização e classificação dos requerimentos de anistia;

3º) foi criado quadro de arranjo para classificação dos processos, possibilitando que processos com perseguições políticas semelhantes ou vínculos funcionais iguais fossem agrupados, proporcionando análise sistematizada, aprofundamento do tema e maior celeridade nas sessões de julgamento (ex: julgamento de estudantes, professores, ECT, Banco do Brasil, jornalistas, metalúrgicos, Embraer, Petrobrás, Arsenal de Marinha, dentre outros);

4º) foram organizados e sistematizados os processos com pedido recursal, para segunda apreciação, sendo que, em 2008, a quantidade de apreciação pelo Plenário da Comissão de Anistia dobrou, passando de 153 para 383 requerimentos apreciados;

5º) foram separados os processos que, por entendimento do Plenário da Comissão (Súmula Administrativa), podem ser apreciados por decisão do Presidente da Comissão de Anistia. (Ex: vereadores que não perceberam remuneração, em virtude de Ato Institucional, mas exerceram o direito ao mandato eletivo, possuindo somente direito à contagem de tempo de serviço, art. 8º, ADCT, art 2º, § 1 da Lei 10.559/2002, súmula nº 13 CA/MJ).

Em 2008 foram apreciados em Turma 9.144 processos; em 2006 foram 6.821 processos; e, no ano seguinte, 10.424.

Especial ênfase no exercício de 2008 foi dada à organização de sessões temáticas e grupos de trabalhos específicos compostos por funcionários e conselheiros da Comissão. Ainda, foram promovidas melhorias estruturais nos softwares e capacitações para os funcionários, bem como compra e solicitação de compra de novos equipamentos, como computadores e arquivos deslizantes.

Quanto à **Ação 8946 Preservação do acervo e divulgação do trabalho da Comissão de Anistia**, haja vista a existência de limitações orçamentárias e de recursos humanos para implementar as atividades necessárias ao atendimento dos objetivos institucionais da Comissão de Anistia, passou-se a articular parcerias junto a órgãos de governo, no plano federal e nos planos locais, e junto à sociedade civil nacional e internacional.

Na concretização dessas parcerias, a Comissão de Anistia aproveitou a capacidade instalada de mobilização e disponibilidade de estruturas dos parceiros, bem como o intercâmbio de experiências e conhecimentos, não havendo transferência de recursos.

De regra, os parceiros ofereceram a) sede para a realização de atividades; b) produziram convites e mobilização local; c) capital humano para mesas de debate e capacitações; d) estrutura logística para o deslocamento de equipes da Comissão de Anistia; e) promoveram eventos, convidando a Comissão de Anistia para fazer-se presente com atividades de julgamentos e assemelhadas. Correndo sempre por conta da Comissão os custos de deslocamento e manutenção do corpo julgador, com vistas a não haver prejuízo na imparcialidade dos feitos.

Nesse sentido, insta referir que a Comissão teve como parceiros:

- Associação Brasileira de Imprensa,
- Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo,
- União Nacional dos Estudantes,
- Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, a Universidade Católica de Goiás,
- Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica de Goiás,
- Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná,
- Federação Nacional dos Estudantes de Direito,
- Universidade de Caxias do Sul (RS),
- Fórum Mineiro de Direitos Humanos,
- Instituto Metodista Isabela Hendrix (MG),

- Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia,
- Governo do Estado da Bahia,
- Universidade Federal de Alagoas,
- Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos de Alagoas,
- Associação dos Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC Paulista,
- Câmara de Vereadores do Município de São Bernardo do Campo (SP),
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil,
- Conselho Nacional das Igrejas Cristãs,
- Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil,
- Comissão Brasileira de Justiça e Paz,
- Igreja Metodista do Brasil,
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República,
- Governo do Estado de São Paulo,
- Pinacoteca do Estado de São Paulo,
- Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS),
- Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul,
- Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra,
- Ordem dos Advogados do Brasil,
- Governo do Estado do Acre,
- Comitê Chico Mendes (AC),
- Associação Brasileira dos Anistiados Políticos,
- Secretaria Especial para as Mulheres da Presidência da República,
- Universidade de Brasília,
- Secretaria Nacional de Juventude do Ministério da Educação,
- Universidade Pablo de Olavide (Espanha),
- Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais,
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
- Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo,
- Tribunal Penal Internacional de Haia,
- Centro para o Direito Internacional e a Justiça (CEJIL),
- Comissões de Reparação e Verdade da América Latina (Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, El Salvador, Colômbia, Guatemala e Peru),
- International Center for Transitional Justice (EUA),
- Universidade Federal de Santa Catarina,
- Casa Civil da Presidência da República,
- Instituto Histórico e Artístico Nacional,
- Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados,
- Agência Carta Maior,
- Casa da América Latina,
- Universidade do Estado de São Paulo Júlio de Mesquita Filho,
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
- Universidade Federal de Minas Gerais,
- Universidade Federal do Estado de São Paulo,
- Universidade Federal de Pernambuco,

- Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia (PA), e
- Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará, entre outros.

No bojo destas parcerias, foi possível a implementação de diversos projetos previstos nas atribuições da Comissão de Anistia. Como principais realizações, insta referir:

- a) Realização do **1º Encontro de Preservação da Memória Política no Brasil**: dos dias 21 a 25/2/2008, pela primeira vez, o Conselho e parte dos funcionários da Comissão de Anistia reuniram-se extraordinariamente em Pirenópolis (GO), trabalhando em dias de três turnos, para traçar estratégias e formular planejamento para as ações de 2008, formulando mapa de atividades e possíveis parceiros para a concretização das missões institucionais do órgão;
- b) Realização de **17 Caravanas da Anistia**: Esse projeto objetiva levar sessões reais de julgamento da Comissão no mesmo local onde houve perseguições políticas e o Estado violou a dignidade e os direitos de seus cidadãos, promovendo o pedido oficial de perdão do Estado. Ainda, objetiva aproximar o debate sobre a anistia e a democracia do público jovem, especialmente estudantes, uma vez que os mesmos não vivenciaram os fatos que hoje produzem o direito à reparação moral e econômica. Tem, portanto, eminente caráter pedagógico. Foram realizadas sessões reais de julgamento, com turmas de Conselheiros da Comissão de Anistia, precedidas de debates com militantes e intelectuais, nos seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Distrito Federal e Acre. As caravanas atingiram diretamente público superior a 7.000 pessoas.
- c) Realização de **7 Anistias Culturais**: A Anistia Cultural é caracterizada como um evento que mescla atividades educativas e culturais, objetivando motivar, de forma lúdica, a reflexão sobre a experiência da repressão e a necessidade da democracia. No ano de 2008, foram abordados os seguintes temas pelo projeto: A Ditadura Militar no Brasil; O papel das mulheres na resistência à Ditadura Militar; O papel da imprensa crítica frente ao Regime Militar; A luta dos trabalhadores pela redemocratização pós-1979; Dia Mundial de apoio às vítimas de tortura; Semana da Anistia Política: 29 anos da Lei de Anistia e 40 anos da resistência estudantil da Universidade de Brasília; Ciclo de Atividades: AI-5 Nunca Mais. As anistias culturais atingiram diretamente público superior a 1.400 pessoas.
- d) **Realização de dois intercâmbios culturais**, com o objetivo de trazer relatos de experiências internacionais exitosas para os conselheiros da Comissão, incrementando a qualidade dos trabalhos realizados. No ano de 2008, foram realizados dois intercâmbios culturais: “Direitos Humanos e Teoria da Cultura” com o Professor Joaquin Herrera Flores, coordenador do Programa de Doutorado em Direitos Humanos da Universidade Pablo de Olavide (Espanha), e; “A sociedade Latino-Americana depois das ditaduras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai”, com a Dra. Bruna Peyrot, do Consulado-Geral da Itália em Minas Gerais.
- e) Publicação de Material para a Juventude: Em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude e focado para a 1ª Conferência Nacional de Juventude, foi produzido o **caderno “Liberdades Democráticas”**, com vistas à distribuição em escolas públicas de todo o Brasil.

- f) Realização de **oitiva em São Domingos do Araguaia**: Objetivando coletar depoimentos para instrução processual e projetos de memória, a Comissão de Anistia levou equipe especializada para coleta de depoimentos de moradores da região do Araguaia, nos dias 25 e 26 de abril de 2008.
- g) Realização de **campanha de doação de documentos**: a Comissão de Anistia passou a receber, de forma organizada, doações de documentos e objetos relacionados aos períodos de repressão no Brasil para a consolidação de acervo para o Memorial da Anistia Política no Brasil.
- h) Criação da **Revista da Anistia Política no Brasil**: Em outubro de 2008, a Comissão de Anistia criou a Revista da Anistia Política no Brasil, iniciando as reuniões do Conselho Editorial, composto por notáveis pesquisadores do Brasil, Itália, Espanha, Estados Unidos e Portugal.
- i) Realização do **Seminário Latino-Americano de Justiça de Transição**: Em novembro de 2008, no Rio de Janeiro, com mais de 300 espectadores, a Comissão de Anistia realizou seminário internacional para a troca de experiências entre diversos países do mundo, contando com representantes do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia, Peru, El Salvador, Estados Unidos, Holanda, Espanha e Portugal.
- j) Realização da **1ª Reunião das Comissões de Reparação, Verdade e Justiça da América Latina**. Em continuidade ao Seminário Latino-Americano de Justiça de Transição, o Ministério da Justiça brasileiro recepcionou, pela primeira vez, em uma atividade oficial, todas as comissões de reparação, verdade e justiça da América Latina, para encontro de troca de experiências.
- k) Realização de **12 sessões de memória**: A sessão de memória é caracterizada pela produção e exibição de vídeos em homenagem a grandes fatos e líderes da vida nacional, alcançados por perseguições políticas durante os períodos não-democráticos de nossa história. Em 2008 foram homenageados: jornalistas perseguidos políticos; estudantes perseguidos políticos; perseguidos políticos em Maceió; perseguidos políticos do movimento sindical (ABC Paulista); religiosos perseguidos políticos; União Nacional dos Estudantes (por ocasião dos 40 anos do Congresso de Ibiúna); mortos e desaparecidos do Regime Militar (1964-1985); Governador Leonel de Moura Brizola; perseguidos políticos no campo; advogados perseguidos políticos; Presidente João Goulart; Chico Mendes; banidos e exilados do Brasil durante o regime militar (1964-1985); atingidos pelo Ato Institucional n.º 05.
- l) Realização da **Audiência Pública “Limites e Possibilidades da Responsabilização Jurídica dos Agentes Públicos Violadores de Direitos Humanos durante o Estado de Exceção no Brasil”**: Em junho de 2008, com presença de grande público, mais de 40 pessoas, entre intelectuais, juristas, políticos e militantes, foram ouvidos pelo Ministério da Justiça sobre as possibilidades no sistema jurídico nacional e internacional para a promoção de justiça em relação aos crimes perpetrados durante o Estado de Exceção brasileiro;
- m) Lançamento dos Postais da **Coleção iconográfica “Anistia e Direitos Humanos”**: A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em parceria com o Centro de

Documentação e Memória da Universidade Estadual de São Paulo Júlio Mesquita Filho, lançou tiragem de um conjunto de seis cartões postais, compostos por fac-símiles de cartazes das campanhas pela anistia no Brasil;

- n) Realização de **acordo técnico com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República** para a utilização conjunta do *know how* e dos *banners* da exposição Direito à Memória e à Verdade;
- o) Consolidação de cooperação técnica internacional junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na área de Justiça Transicional.

Para além dessas ações específicas, a Comissão de Anistia ainda figurou como co-promotora ou apoiadora de diversas outras atividades de avivamento da memória política brasileira em todo território nacional.

Tendo em vista a natureza das atividades, e, especialmente, a necessidade de compatibilização das agendas institucionais em Brasília com as inúmeras agendas externas, deu-se prioridade à realização de atividades fora do Distrito Federal nas sextas-feiras e sábados. Desse modo buscou-se garantir o acesso do maior público possível (uma vez que trabalhadores e estudantes possuem agendas fixas durante a semana) e sem prejuízo ao tempo dedicado à apreciação dos requerimentos de anistia pela Comissão, uma vez que o conjunto dos conselheiros exerce suas funções de forma não remunerada, e que mais da metade dos mesmos não residem no Distrito Federal.

Pronasci

Didaticamente, o **Pronasci** conseguiu cumprir as fases necessárias para chegar ao estágio atual, mesmo enfrentando as mais variadas dificuldades e um cenário complexo. Após um intenso debate com os setores mais representativos da sociedade, desde intelectuais, passando por governos estaduais até movimentos sociais, inicia-se a implementação das chamadas ações estruturais¹ do Pronasci.

Logo em seguida a sua aprovação, foi criada uma metodologia própria para sua apresentação e implementação nos Estados e Municípios, realizando-se uma jornada por todo o País, principalmente nas regiões metropolitanas indicadas². A fase seguinte foi a de apresentação de projetos por parte de Estados e Municípios e OSCIP. Seguiu-se análise e aprovação de projetos, assinaturas de convênios, termos de parcerias, destaques orçamentários e repasse de recursos.

A fase seguinte foi a implementação da filosofia “Território de Paz”, o que ocorreu nos Estados de Pernambuco, na cidade de Recife, no Bairro de Santo Amaro em 02/12, Rio de Janeiro na Favela Nova Brasília, no Complexo do Alemão no dia 04/12, nessas localidades o Presidente da República esteve presente. Também ocorreu o lançamento no Estado do Acre,

¹ As ações estruturais são aquelas que tem com o objetivo principal contribuir com a mudança de modelo de segurança pública e comportamento dos profissionais de segurança pública.

² A regiões Metropolitanas indicadas foram aquelas que apresentaram na época mais de mil homicídios ou crimes violentos nos últimos 4 anos e os municípios aqueles que concentravam as taxas mais elevadas.

na cidade de Rio Branco, no Bairro de Santa Inês - ZAP 5 – em 10/12, e, por último, no Distrito Federal, no Bairro de Itapoã, no dia 16/12.

Há que se destacar um conjunto de ações consideradas estratégicas para o desenvolvimento do Programa, que são ações estruturais e locais que formatam o Pronasci, enquanto política de segurança pública:

- Bolsa formação
- Plano habitacional
- Base de policiamento comunitário
- Base social do Pronasci e agentes de desenvolvimento local
- Mulheres da Paz
- Protejo
- Núcleo de justiça comunitária
- Canal comunidade
- Geração consciente
- Monitoramento cidadão
- Núcleos especializados nas Defensorias públicas – Lei Maria da Penha
- Laboratórios tecnológicos contra a lavagem de dinheiro
- Núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas
- Projeto UNACI³, executado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (Controle de rodovias);

A soldagem dessas e outras ações que fazem parte do Programa, só são possíveis de ser executadas com as parcerias firmadas com os Governos Estaduais, Municipais e Poder Judiciário. Esse conjunto de ações foi implementado nas Regiões Metropolitanas anteriormente citadas sendo estrategicamente importante porque expressa o conceito total do Programa que é a sua chegada nas regiões indicadas.

Além dessas ações outras também foram executadas e/ou encaminhadas ao Congresso Nacional, entre as mais importantes:

- A reestruturação do sistema prisional, através da modernização tecnológica com equipamentos de segurança.
- Equipagem dos estabelecimentos penais com módulos de saúde e educação.
- Construção de estabelecimentos penais especiais para jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos, feminino e masculino.
- Encaminhamento para o Congresso Nacional do projeto da lei orgânica das polícias civis e da regulamentação do parágrafo 7º do Artigo 144 da Constituição Federal – SUSP.
- Campanha nacional de desarmamento.

Podemos registrar como alteração necessária o realinhamento do orçamento de 2008, para intensificar a execução de algumas ações consideradas importantes, Ex: Ação 76 – Apoio

³ Unidade de atendimento ao cidadão

a projetos de prevenção em segurança pública, essa ação nos possibilitou um diálogo mais tranqüilo com Estados e Municípios.⁴

Política indigenista

Com a instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, vinculada diretamente ao Ministério a Justiça, a proposta do Governo é fazer política indigenista em conjunto com os índios. Um dos seus principais objetivos da CNPI já foi alcançado: o encaminhamento ao Congresso Nacional de PL para a criação de um Conselho Nacional de Política Indigenista. Já aprovado em uma Comissão, restam ainda duas para ser discutido. Outra importante meta alcançada foi a criação de um sistema de monitoramento, para acompanhar todos os encaminhamentos dos povos indígenas e soluções dos problemas.

2.3. Programas

2.3.1. PROGRAMA 0750– APOIO ADMINISTRATIVO

Tabela 2 – Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Programas de Apoio às Políticas Públicas e áreas Específicas
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivos Específicos	Não se aplica
Gerente do programa (2)	Não se aplica
Gerente executivo (2)	Não se aplica
Responsável pelo programa no âmbito da UJ(3)	Não se aplica
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Não se aplica
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.1.1. Principais Ações do Programa

2.3.1.1.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

–Tabela 3 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Constitui-se na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderam ser apropriadas em ações finalísticas, que compreendem: serviços administrativos, pessoal ativo, manutenção e uso da frota veicular própria ou de terceiros, manutenção e conservação de imóveis, tecnologia da informação, sistemas de informações gerenciais, estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas, despesas com viagens e locomoção, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria Executiva
Coordenador nacional da ação (1)	Não se aplica-
Unidades executoras (1)	Não se aplica
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Não se aplica
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

⁴ Nessa ação foram inseridos projetos de Estados e Municípios que tinham semelhança com o conceito do Programa, mas que não estavam contempladas.

Tabela 4– Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.637.137	1.544.994	94,37
Física			

PI 101DP – Manutenção dos Serviços do Gabinete do Ministro

NATUREZAS DE DESPESAS (33390)	PROVISÃO CONCEDIDA	VALOR LIQUIDADADO
14 – diárias a servidor	184.427	184.185
30 – Material de Consumo (suprimento de fundos)	3.000	1.725
33 – Passagens	890.286	890.286
36 – Serv. de terceiros – Pessoa Física (diárias a colaborador eventual)	163.729	156.651
39 – Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica (suprimento de fundos)	16.500	7.948
93 – Indenizações e Restituições	4.835	4.426
TOTAL	1.262.777	1.245.221

PI 1104DP – Administração de Serviços da Comissão de Anistia

NATUREZAS DE DESPESAS (33390)	PROVISÃO CONCEDIDA	VALOR LIQUIDADADO
14 – diárias a servidor	25.565	21.106
33 – Passagens	240.975	240.975
36 – Serv. de terceiros – Pessoa Física (diárias a colaborador eventual / conselheiro da CA)	107.820	37.692
TOTAL	374.360	299.773

2.3.2. PROGRAMA 0698 - GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DE JUSTIÇA

Tabela 5 – Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Apoio às políticas públicas e áreas especiais
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça
Objetivos Específicos	Democratizar e aperfeiçoar o acesso à justiça e à cidadania (objetivo setorial do SIGPLAN)
Gerente do programa (2)	Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Gerente executivo (2)	Paulo Francisco Brito Garcia
Responsável pelo programa no âmbito da UJ(3)	Secretaria Executiva
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Programas do Tipo "Gestão de Políticas Públicas", gerenciados pelo Ministério do Planejamento, cuja metodologia do PPA dispensa informações tais como indicadores e problemas.
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.2.1 Principais Ações do Programa

2.3.2.1.1 Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública

Tabela 6 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação (1)	Maria Cecília de Moura F. A. dos Santos
Unidades executoras (1)	200005 Coordenação Geral de Logística
Áreas da UJ responsáveis por gerenciamento/execução da ação	Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro – ACS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	A ACS é responsável por planejar, coordenar e desenvolver a política de comunicação social do Ministério

Tabela 7 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	10.000.000	12.499.999	100%
Física			

PI 1104DP – Publicidade de Utilidade Pública

NATUREZAS DE DESPESAS (33390)	PROVISÃO CONCEDIDA	VALOR LIQUIDADADO
39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	12.369.624	12.369.624
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	130.376	130.375
TOTAL	12.500.000	12.499.999

2.3.2.2. Ação 8946 – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia

Tabela 8 – Dados gerais da ação

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Resgatar, preservar e divulgar a memória da anistia no Brasil.
Descrição	Realização de seminários; elaboração e impressão de material didático e de divulgação da anistia; criação de prêmio nacional de monografias sobre anistia; publicação de livros com os artigos vencedores do prêmio. Implantação do "Memorial da Anistia" por meio de criação e manutenção de um portal da anistia; realização de pesquisas acerca da anistia no Brasil; desenvolvimento de um projeto de museu da anistia; organização e impressão dos "Anais da Anistia"; criação do prêmio documentário da anistia.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Gabinete do Ministro – Comissão de Anistia
Coordenador nacional da ação (1)	Paulo Abrão Pires Junior
Unidades executoras (1)	Gabinete do Ministro – Comissão de Anistia
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Gabinete do Ministro – Comissão de Anistia Coordenação Geral de Logística
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	A Comissão de Anistia está vinculada diretamente ao Gabinete do Ministro.

Os resultados obtidos, os recursos materiais e humanos utilizados, as parcerias realizadas foram contemplados no item 2.2 . de acordo com as prioridades definidas (fls. 9 a 14 deste Relatório).

Tabela 9 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	5.484.000,00	4.344.806,00	79,23%
Física	75.000 unidades divulgadas	130.000 unidades divulgadas	173,33%

PI 110A – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia

NATUREZAS DE DESPESAS (33390)	PROVISÃO CONCEDIDA	VALOR LIQUIDADADO
14 – Diárias servidor	46.500	14.373
33 – Passagens	313.979	313.979
36 – Serv. de terceiros – Pessoa Física (diárias a colaborador eventual / conselheiro da CA)	166.195	55.961
TOTAL	526.674	384.313

2.3.3. PROGRAMA 1453 – PROGRAMA PRONASCI

Tabela 10 – Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Apoio às políticas públicas e áreas específicas em segurança pública
Objetivo geral	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social
Objetivos Específicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. melhorar o sistema de segurança pública e prisional, bem como a valorização dos seus profissionais; 2. ressocializar as pessoas com penas restritivas de liberdade e egressos por meio da implementação de projetos educativos e profissionalizantes; 3. garantir acesso aos adolescentes e jovens em situação e vulnerabilidade às políticas sociais governamentais em territórios de descoesão social; 4. garantir o acesso à justiça para a população dos territórios de descoesão social; 5. intensificar e ampliar as medidas de enfrentamento ao crime organizado e à corrupção policial; 6. garantir, por meio de medidas de urbanização, a recuperação de equipamentos públicos, criando "espaços públicos seguros".
Gerente do programa (2)	Ronaldo Teixeira da Silva
Gerente executivo (2)	Valdecir Barella
Responsável pelo programa no âmbito da UJ(3)	Gabinete do Ministro
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Taxa de homicídios nos territórios de descoesão social <i>Obs: os indicadores estão em construção</i>
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social

Parte das ações orçamentárias não tem execução pelo Gabinete do Ministro e estão sendo detalhadas nos Relatórios de Gestão das unidades executoras responsáveis.

No exercício foram transferidos R\$ 5.715.776,28 (cinco milhões setecentos e quinze mil setecentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos) para a **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO**, no âmbito do Acordo de

Cooperação Técnica assinado em 21 de dezembro de 2008, conforme informado no item 5 (fls. 30 deste Relatório).

2.3.3.1. Principais Ações do Programa

2.3.3.1. 1 Ação 8854 - Gestão e Comunicação do Pronasci

Tabela 11 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Garantir a implementação do PRONASCI com unidades de gestão descentralizadas e plano de comunicação. Informar, orientar e avisar a população a respeito das iniciativas do Programa. Agregar as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Criação de unidade gestora nos estados e municípios para disponibilizar todos os recursos necessários (financeiros, materiais, técnicos, etc). Criação de mecanismos de participação dos Estados e Municípios para a efetivação de compromissos firmados. Fomento à infra-estrutura e logística necessárias à implementação do PRONASCI junto a Estados e Municípios. Mobilização dos mecanismos de comunicação e de informação, elaboração da metodologia de incentivo à participação social e divulgação do Programa. Criação do sistema de monitoramento e avaliação do PRONASCI, além do sistema de comunicação do programa (sítio, identidade visual, filmes institucionais e campanhas publicitárias, material gráfico, programas de rádio, material de mobilização social etc.). Diagnóstico, sistematização, análise e publicação de dados, coletados em campanhas de cidadania. Coordenação e supervisão das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações. Pagamento de diárias e passagens e demais atividades meio necessárias à execução do Programa.
Unidade responsável pelas Decisões estratégicas (1)	GM
Coordenador nacional da ação (1)	Ronaldo Teixeira da Silva
Unidades executoras (1)	GM
Áreas da UJ responsáveis por gerenciamento/ execução da ação	GM
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	<p>a) São responsabilidades da Gestão do Programa: criação de unidades gestoras nos municípios; participação na gestão e compromisso com o Programa; infra-estrutura e apoio logístico ao Programa; garantia de pleno funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal; compartilhamento das ações de política social e de segurança nas áreas conflagradas; mobilização dos mecanismos de comunicação e informação para incentivo à participação social e divulgação do Programa; continuidade e manutenção das ações do Programa; comprometimento de emprego do efetivo policial na razão pactuada nas regiões (n.º de policiais/habitantes).</p> <p>b) A comunicação social é parte constitutiva do Pronasci e não será utilizada apenas em sua dimensão instrumental. Além da função informativa, ela tem papel educativo e de incentivo à participação, ao engajamento de todas as esferas da sociedade na questão da segurança pública e da cidadania. A estratégia de comunicação do Pronasci tem como eixo dois movimentos a partir dos conceitos definidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Do governo em direção à população alvo do Pronasci, mobilizando-a para que ela seja protagonista também das ações de comunicação e formadora de opinião, e; • Do governo em direção às mídias tradicionais, comunicando as ações do Pronasci e buscando sua adesão a esta nova cultura de segurança pública com cidadania.

Tabela 12 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	37.595.500,00	24.335.040,00	64,72
Física			

PI – 3003D – Gestão do Pronasci

NATUREZAS DE DESPESAS (33390)	PROVISÃO CONCEDIDA	VALOR LIQUIDADO
14 – Diárias a servidor	30.200	29.804
33 – Passagens	608.000	608.000
36 – Serv. de terceiros – Pessoa Física (colaborador eventual)	50.000	31.770
TOTAL	688.200	669.574

2.3.3.3.2 Ação 8853 – Apoio à Implementação de Políticas Sociais

Tabela 13 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir o acesso dos moradores de territórios de descoesão social, especialmente os adolescentes e jovens em situação de risco social ou em conflito com a lei, às políticas sociais do Governo.
Descrição	Estabelecimento da articulação entre os entes da Federação e entidades da sociedade civil de forma a apoiar a implementação de projetos de formação cidadã do PRONASCI e garantir recursos para a execução das diversas iniciativas, dentre elas implantação de centros de referência especial em assistência social e de centros de referência e assistência social (MDS); implantação de centros de atendimento psicossocial (MS); construção e recuperação de equipamentos e espaços urbanos (MCid); recuperação e construção de equipamentos públicos desportivos; construção e equipagem de unidades do sistema nacional de atendimento sócio-educativa; implementação de cursos de formação de crianças e adolescente para prevenção à violência (PROERD); alfabetização de apenados mediante a concessão de bolsa para alfabetizadores e aquisição de material didático (Brasil Alfabetizado); implementação de cursos preparatórios para o ENEM e ao oferecimento do PROEJA nos estabelecimentos penais; concessão de bolsa para professores e formação dos professores; atividades de assistência integral cidadã; diagnóstico e implementação de projetos de economia solidária para o apenado e sua família, bem como para famílias caracterizadas em situação de desconstrução familiar; iniciativas "pintando a cidadania" e "pintando a liberdade"; apoio à qualificação profissional do apenado. Parcerias com o PROJOVEM e o Escola de Fábrica. Projetos de promoção da Cultura, tais como: "Cultura Viva", "Pontos de Cultura" e "Pontos de Leitura"; construção de parques infantis e a museus de memória; implantação de telecentros para inclusão digital. implementação de iniciativas de promoção do esporte e do lazer (MEsp), Programa Segundo Tempo, Modernização de Bibliotecas Públicas, Programa Saúde na Família Programa de Atendimento ao Cidadão - Viva Voz.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Equipe PRONASCI
Coordenador nacional da ação (1) Unidades executoras (1)	Juliana Márcia Barroso
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	30101 Núcleo Central – Gabinete do Ministro
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Articulação com os diversos Ministérios, Secretarias, Conselhos, entidades da sociedade civil e demais entes da Federação de forma a promover a integração das ações. Celebração de convênios, contratos e acordos com estados, municípios, organizações não-governamentais e organismos internacionais para implementação de ações. Destaque de créditos para outros Ministérios além da implementação direta por parte do Ministério da Justiça.

Tabela 14 – Metas e resultados da ação no exercício (PI 3002E4)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	181.026,00	181.026,00	100
Física			

PI – 3002Z4 – Implementação de Cursos Preparatórios para o ENEM em Território de Descoesão Social

NATUREZAS DE DESPESAS (44480)	PROVISÃO CONCEDIDA	VALOR LIQUIDADO
52 – Equipamentos e Material Permanente	181.026	181.026
TOTAL	181.026	181.026

2.3.3.3.3 Ação 8857 – Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã

Tabela 15 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Garantir o acesso dos moradores de territórios de descoesão social, especialmente os adolescentes e jovens em situação de risco social ou em conflito com a lei, às políticas que visam garantir o exercício da justiça e da cidadania.
Descrição	Implementação de centros do agressor (Lei Maria da Penha), construção de núcleos de polícia comunitária, formação de núcleos de justiça comunitária, implantação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, de delegacias especializadas e núcleos especializados das Defensorias. Fortalecimento dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública. Capacitação e treinamento em prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro; capacitação de Conselheiros Municipais; desenvolvimento da política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao desenvolvimento de núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Promoção da utilização de sistema eletrônico de alienação de bens no âmbito da administração pública e da justiça federal e estadual. Capacitação de profissionais de justiça em temas específicos, tais como direitos humanos, violência doméstica e urbana, e atendimento a grupos vulneráveis. Corte do fluxo financeiro no exterior de organizações criminosas. Proteção dos direitos dos consumidores mediante incentivo à iniciativas tais como: "Monitoramento Cidadão", "Canal Comunidade" e "Geração Consciente". Implementação de ações para garantia dos direitos dos cidadãos. Implementação das iniciativas "mães da paz", "reservista cidadão" e "jovem cidadão". Emprego da Força Nacional nos territórios de descoesão social. Elaboração de diagnósticos para implementação de planos municipais de segurança pública.
Unidade responsável pelas Decisões estratégicas (1)	GM / SENASP
Coordenador nacional da ação (1)	Jorge Luiz Quadros
Unidades executoras (1)	SENASP
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	30101 Núcleo Central – Gabinete do Ministro
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Articulação com os diversos Ministérios, Secretarias, Conselhos, entidades da sociedade civil e demais entes da Federação de forma a promover a integração das ações. Celebração de convênios, contratos e acordos com estados, municípios, organizações não-governamentais e organismos internacionais para implementação de ações. Destaque de créditos para outros Ministérios além da implementação direta por parte do Ministério da Justiça.

PI 3006k – Protejo	<p>Pretende-se realizar diagnóstico dos jovens em situação de descontrole familiar, mobilizando e sensibilizando-os a participarem de programas sociais das áreas do Pronasci. A sensibilização tem forte eixo cultural, objetivando a elevação da auto-estima, resgate do sentimento de pertencimento e planejamento individual do percurso social formativo.</p> <p>São realizadas oficinas de trabalho com duração de até 8 meses, prazo em que o jovem deve ser inserido nos demais programas sociais para a realização de seu percurso social formativo. Durante todo o percurso, o jovem é acompanhado por assistentes sociais e percebe auxílio de bolsa no valor de R\$ 100,00/mês.</p>
--------------------	---

Tabela 16 – Metas e resultados da ação no exercício (PI 3006K)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	54.004.644,00	54.004.644,00	100
Física			

PI 3006K – Protejo – Jovem Cidadão

NATUREZAS DE DESPESAS (33380)	PROVISÃO CONCEDIDA	VALOR LIQUIDADADO
39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.534.750	5.534.750
TOTAL	5.534.750	5.534.750

2.4. Desempenho Operacional

Apoio Administrativo

No **Programa de Manutenção**, atribuições são de caráter eminentemente administrativo (despesas referentes a concessão de diárias no País e no exterior, fornecimento de passagens aéreas, aquisição de material de consumo e serviços de terceiros), com a utilização dos sistemas SIAFI, SCDP e SIASG, mantendo registros e arquivos. Esta Unidade Gestora procurou desenvolver suas atribuições com **eficiência**, tendo sido formalizados **2.040 processos de passagens e concessão de diárias no País, 40 no exterior e 12 de suprimento de fundos** para aquisição de material de consumo e serviços de terceiros. Foi feito o devido acompanhamento no SIAFI e SIASG e mantidos os respectivos registros e arquivos. Comparando-se o número de processos/ano x mão-de-obra envolvida, encontramos :

	2007	2008	%
Nº Formalização de processos	974	2.092	204%
Nº Mão de obra envolvida	4	5	125%

Entendemos, ainda, que houve **eficácia** em todos os atos de gestão, pois as solicitações foram atendidas a contento, permitindo que os objetivos propostos fossem alcançados, buscando-se **economicidade** em todos os atos de gestão.

Pronasci

O Ministério da Justiça, com a implementação do Pronasci, dobrou seu potencial de investimentos e ampliou sua capacidade de investimentos em Segurança Pública e, por conseguinte, de induzir políticas públicas nessa área. Entretanto, a estrutura administrativa que apóia o Programa não evoluiu com a mesma velocidade; portanto, mister se torna a organização da referida estrutura que seja compatível com o volume de recursos necessários para a efetiva execução do Programa.

A força de trabalho é de extrema importância para o êxito do Programa, uma vez que impacta diretamente na possibilidade de monitoramento e avaliação; tanto pela escassez de

servidores efetivos, como pela pouca quantidade de pessoal qualificado para avaliar as políticas públicas que tratam de segurança pública.

No que diz respeito à Comunicação com a Sociedade, ressalte-se que somente no final do ano começaram as atividades de conscientização e sensibilização voltadas à população e aos agentes públicos, sobre o novo paradigma proposto pelo Pronasci. Acredita-se que com a evolução dessas campanhas, bem como que com divulgação interna a disseminação dos conceitos e propostas pela Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal e pelas diversas Secretarias e Departamentos do MJ, a implementação do Programa seja facilitada.

O alcance do Programa ainda não atingiu a excelência possível, face as excepcionalidades operacionais encontradas durante a sua execução. Contudo, o desenvolvimento de uma infraestrutura condizente ao desenvolvimento pleno do Programa está em construção pelo Comitê Gestor do Pronasci.

Acredita-se que em breve o Programa contará com instrumentos apropriados para implementar as ações e aumentar a base de suporte a instrumentos jurídicos, aprovação e execução de projetos. É com essa perspectiva, que o ano de 2009 se abre de forma promissora para o Pronasci, pois a base que possibilitará o desenvolvimento de seus programas estará concluída e a alimentação das informações do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento do Pronasci - SIMAP, principalmente dos parceiros externos, permitirá a avaliação financeira e física de suas ações. O SIMAP é o sistema que está sendo desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, para desenvolver os indicadores que permitirá essa avaliação e monitoramento.

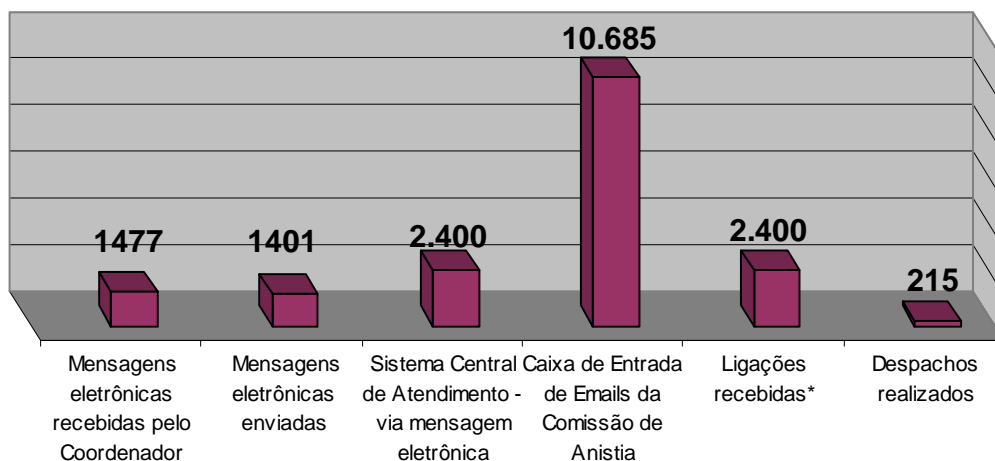
Comissão de Anistia

Com relação à Comissão de Anistia, como indicadores de desempenho, é possível destacar o que segue:

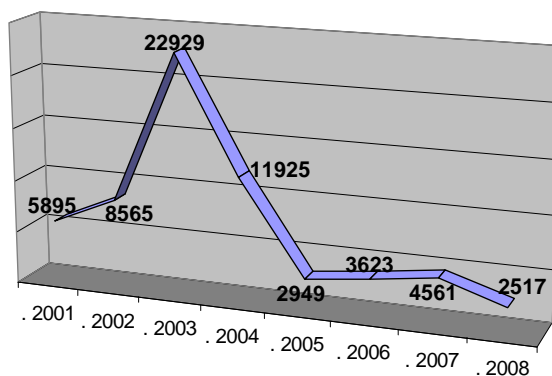
Eficiência:

No que toca a atividade julgadora, podemos destacar os dados que seguem:

- Média de atendimentos realizados para acompanhamento processual:



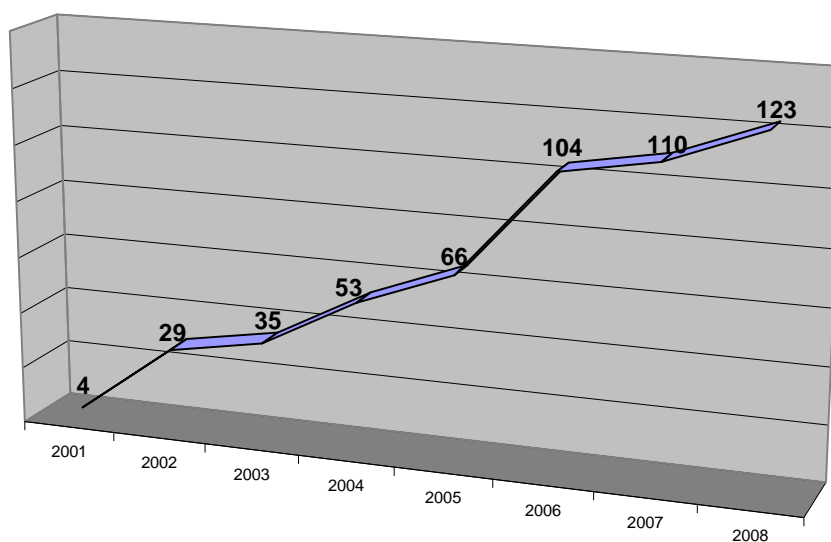
- Evolução do protocolo de requerimentos:



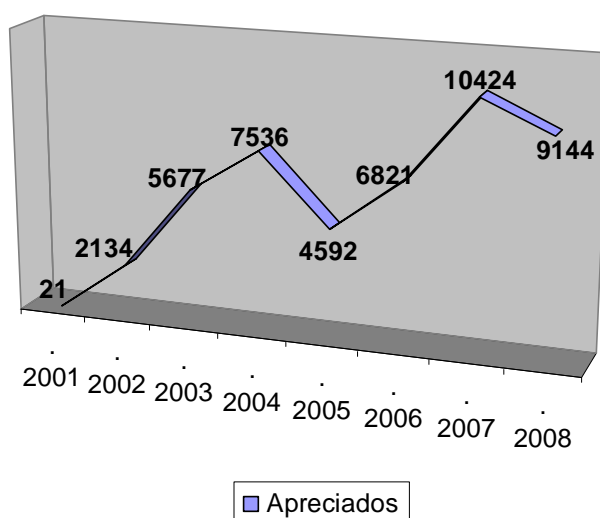
- Documentos Protocolados e Diligenciados:

Tarefa realizada	Total
Documentos recebidos	17.533
Processos autuados	2.517
Processos recadastrados	4.163
Processos para despacho da Presidência	726

- Evolução do número de sessões de julgamento:



- Evolução do número de processos apreciados:



Para a obtenção dos resultados indicados no item acima, a Comissão de Anistia envidou esforços específicos junto a grupos que demandavam atendimento especial, dada sua natureza, apreciados em grupos de trabalhos.

- Documentos diligenciados (por grupos de trabalho)

Diligências para Grupos de Trabalho	Nº Total de Processos
Açominas	14
Arsenal da Marinha	01
Bancários de São Paulo	02
Banco do Brasil	39
Belgo Mineira	10
Camaçari	163
Cosipa	78
Companhia Siderúrgica Nacional	20
Empresa de Correios e Telégrafos	574
Embraer	30
General Motors	76
Metalúrgico do ABC	17
Metalúrgico de Osasco	02
Petrobrás	247
Usiminas	20
Total	1.293

- Processos apreciados (por grupos de interesse, excluídos os individuais)

Matéria	Quantidade de processos analisados
Programa Nacional de Alfabetização	172
Guerrilha do Araguaia	255
Grupo dos Onze	403
Arsenal de Marinha	322
Pólo Petroquímico de Camaçari	171
Petrobrás	806
Banco do Brasil	124
Empresa de Correios e Telégrafos	880
Embraer	138
General Motors	77
Companhia Siderúrgica Nacional	58
Cosipa	88
Belgo Mineira	23
Usiminas	36
Açominas	35
Metalúrgicos do ABC	47
Metalúrgicos de Osasco	02
Bancários de São Paulo	19

No que toca à atividade de divulgação e preservação do acervo, a meta da Comissão para 2008 era o atingimento de 75.000 unidades divulgadas, tendo-se obtido como resultado final uma divulgação de 130.000 unidades.

Como detalhamento das ações de divulgação, é possível indicar os dados a seguir:

- Média de Público por atividade da Comissão de Anistia: 346 pessoas
- Número aproximado de associações e entidades civis mobilizadas: 60
- Estados visitados pelas “Caravanas da Anistia”: 11
- Atividades oficiais da Presidência fora do DF: 10

Eficácia:

Quanto à atividade julgadora, cumpre informar que a mesma não é sujeita a metas, uma vez que é produto de análise qualitativa específica de casos concretos, com realidades e especificidades que não permitem o pré-estabelecimento de valores de referência (como, p.e. o tempo médio de tramitação, que é variável de acordo com a natureza material de cada processo). Inobstante, é possível uma avaliação qualitativa dos resultados colhidos e apresentados no quesito “eficiência”.

Considerando-se que os processos apreciados em 2008 tratavam de matérias extremamente complexas, o estudo dos grupos temáticos permitiu que a apreciação de casos complexos, que demandam maior tempo de análise, não implicasse em diminuição significativa da média geral de requerimentos julgados em relação ao ano anterior (que foi aquele com maior número global de apreciações).

Quanto à atividade de divulgação, sendo a expectativa original a produção de 75.000 unidades divulgadas, e o obtido 130.000, obteve-se 173,33% do resultado esperado.

Efetividade:

Igualmente aqui, sendo a atividade julgadora um fim em si mesmo, não há possibilidade de geração de indicador específico, restando como método de aferição a comparação dos resultados com os obtidos em anos anteriores.

Quanto à divulgação, tratando-se o objetivo do programa a publicização da Comissão de Anistia, pode-se usar como indicador de resultado a quantidade de entradas na imprensa gerada pelas atividades. Embora não reflitam a totalidade dos resultados obtidos, as entradas na imprensa sinalizam que o objeto “divulgação” pôde ser atingido e gerar reflexos nacionais, através do estímulo ao debate público.

Repercussão Mensal da em 2008 (por matérias)	
Mês	Matérias veiculadas
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	21
Abril	47
Maio	38
Junho	22
Julho	27
Agosto	218
Setembro	47
Outubro	83
Novembro	190
Dezembro	145

2.4.1 - EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

Tabela 17

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	154.546	479.618	1.886.681,96
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	112.889,81	241.149,77	560.598,65
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade	3.445.830,78	2.247.184,30	12.499.999,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	não se aplica	não se aplica	não se aplica
3.3. Tecnologia da informação	não se aplica	não se aplica	não se aplica
3.4. Outras Terceirizações			
3.5. Suprimento de fundos	0	1371,30	0
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	8.107,40	7.510,52	8.187,17
TOTAIS	3.721.373,99	2.976.833,89	14.955.466,78

Obs.:

(1) 2006 Cartão corporativo: valor gasto no exercício R\$ 9.336,26 - valor faturado em 2007 R\$ 1228,86 = R\$ 8.107,40.

(2) 2007 Cartão corporativo: valor gasto no exercício R\$ 6.281,66 + despesa de 2006 paga em 2007 R\$ 1.228,86 = R\$ 7510,52

(3) 2008 Cartão corporativo: valor gasto no exercício R\$ 9.807,68 - valor faturado e pago em 2009 R\$ 1.620,51 = R\$ 8.187,17

(4) 2008 Passagens: considerando valores da Comissão de Anistia, Gabinete do Ministro e Pronasci.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve ocorrências no período

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Exercícios Anteriores

Tabela 18

PI	Elemento Despesa	Valor Empenhado	Valor Pago
101DP	3390.93	R\$ 1.931,36	R\$ 1.931,36
102SP	3390.92	R\$ 130.375,16	R\$ 130.375,16
	TOTAL	R\$ 132.306,52	R\$ 132.306,52

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Em 2008, foram transferidos R\$ 2.850.000,00 (dois milhões oitocentos e cinquenta mil reais) para o **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD**, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica Internacional assinado com o Ministério da Justiça, no mês de dezembro. Estão previstos repasses de verbas nos anos 2009 e 2010, de acordo com o andamento da execução do projeto “Cooperação para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transnacional no Brasil” (BRA/02/021), no âmbito da Ação 846 – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia, do Programa 698 – Gestão de Políticas Públicas.

No exercício foram transferidos, também, R\$ 5.715.776,28 (cinco milhões setecentos e quinze mil setecentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos) para a **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO**, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica assinado em 21 de dezembro de 2008. Para 2009 está prevista a transferência de recursos no montante de R\$ 25.746.284,32 (vinte e cinco milhões setecentos e quarenta e seis mil duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos); para 2010, o valor previsto é de R\$ 8.700.119,65 (oito milhões setecentos mil cento e dezenove reais e sessenta e cinco centavos) e para 2011, o montante previsto é de R\$ 10.419.910,75 (dez milhões quatrocentos e dezenove mil novecentos e dez reais e setenta e cinco centavos), totalizando R\$ 50.582.091,00, para a execução do projeto Prevenção da Violência entre Jovens: ações sociais e educativas que conformam o percurso social formativo do Pronasci.

Para o contrato com a **Fundação Getúlio Vargas – FGV**, objetivando desenvolver um sistema atualmente denominado de **Sistema de Monitoramento e Acompanhamento do Pronasci – SIMAP**, que se encontra em fase de implementação, foram transferidos, no exercício de 2008, o montante de R\$ 5.287.000,00 (cinco milhões duzentos e oitenta e sete mil reais). As demandas a esse contrato são feitas pela SENASP e a execução feita pela UG 200005 Coordenação Geral de Logística /CGL, com o acompanhamento do Gabinete.

6. Previdência Complementar Patrocinada
(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos
NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO

8. Renúncia Tributária
(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia
(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

10. Operações de fundos
(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

11. Despesas com cartão de crédito

Tabela 19 – Cartão de crédito cooperativo: série histórica das despesas

	Fatura		Saque		
	Quantidade -1	Valor	Quantidade	Valor	
2006	13	7.607,30	2	500	
2007	12	6.293,52	3	1.217	
2008	13	8.187,17	0	0	

Tabela 20 – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG: R\$ 10.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: material de consumo imediato (artigos eletrônicos, drogarias e farmácias, lojas de departamentos, materiais de construção, outros varejos, supermercados e outros estabelecimentos)	
Limites concedidos a cada portador	
Portador:	Limite
Carlos Roberto da Silva	R\$ 800,00

Tabela 21 – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG: R\$ 10.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: serviços de terceiros - hospedagem e alimentação do Sr. Ministro e dos APF que fazem sua segurança pessoal (drogarias e farmácias, estacionamento, hotéis, outros varejos, restaurantes, saques, serviços e outros estabelecimentos)	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite
Marcelo Andrei da Silva	R\$ 3.000,00
Jose Alexandre Seixas Cirolini	R\$ 2.000,00
Túlio Campos Nogueira	R\$ 3.000,00
Cláudio Roberto Ferreira Pinto	R\$ 2.000,00

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

As recomendações constantes do Relatório de Auditoria de Gestão nº 207955, exercício 2007, foram acatadas, executadas e justificadas, a saber:

Tabela 22

Documento (Nº do Relatório de auditoria e item)	Recomendação	Providências tomadas	Prazos de Implementação
Relatório nº 207955 Item 1.1.3.1 - Constatação: Falha detectada em processo de suprimento de fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal	1) Conceder o limite de utilização do CPGF de acordo com o valor constante no ato de concessão de suprimento de fundos, revogando-o tão logo o prazo de utilização seja expirado, em atendimento ao item 6 do Manual SIAFI, Macrofunção 02.11.21.	1) Acatamos a recomendação. Etapa 1: Foram repassados com o Banco do Brasil todos os limites dos Cartões que são utilizados pelo Gabinete do Ministro. Houve um suprido cujo cartão foi feito em duplicidade e, mesmo depois da confirmação junto ao Banco e do cancelamento de um deles, o cartão continuava a ser recusado. Etapa 2: Foi implementada a rotina de, após a concessão do SF, acessar o auto-atendimento do cartão, estabelecer novos limites e, ao final do prazo de utilização, anular o saldo restante.	Etapa 1: 15/06 Etapa 2: 30/06
Item 1.1.4.1 – Constatação: Impropriedades detectadas nos processos de concessão de diárias.	2) a) Atentar para a programação de viagem com a antecedência mínima de 10 dias, em obediência ao disposto no inciso I do art. 2º da Portaria MPOG nº 98, de 16.07.2003, fazendo constar autorização da excepcionalidade, conforme inciso IX do art. 2º da citada Portaria, nas situações de deslocamento, com programação inferior ao	2) a) Acatamos a recomendação Etapa 1: Após o recebimento do relatório de auditoria, o Gabinete foi mais incisivo no trabalho de conscientização dos servidores quanto ao cumprimento do prazo para as solicitações de viagem. Etapa 2: Foi enviado memorando circular, assinado pelo Chefe de Gabinete e pela Assessora Especial de Controle Interno a todas as Unidades do GM que demandam viagens. Está sendo	Etapa 1: 30/06 Etapa 2: 30/08

	<p>prazo definido no inciso I.</p> <p>b) Providenciar junto aos servidores responsáveis a realização dos lançamentos no SCDP, em tempo hábil, para o deslocamento do beneficiário.</p> <p>c) Efetuar o pagamento de diárias com antecedência de até 5 dias do período de afastamento do servidor, em atendimento ao disposto no art. 22, inciso II do Decreto 825/93.</p> <p>d) Solicitar a concessão de diárias mediante a formalização do processo com documento que contenha a motivação do deslocamento, o qual é necessário na avaliação do solicitante/ ordenador de despesas sobre a conveniência e finalidade do serviço a ser executado, a fim de autorizar o deslocamento.</p>	<p>feita, pela DEOF, uma reciclagem dos servidores que utilizam o SCDP. Passaram a ser rejeitadas mais solicitações que não obedeceram ao prazo e cujas justificativas não foram consideradas plausíveis.</p> <p>b) Acatamos a recomendação. Foi feita, pela DEOF, uma reciclagem dos servidores que utilizam o SCDP, cadastrando-se, inclusive mais operadores. Foi dada atenção diferenciada à Comissão de Anistia, considerando o aumento de solicitações de viagens por conta das Caravanas da Cidadania e da utilização de orçamento próprio.</p> <p>c) Acatamos a recomendação. O atendimento a esta recomendação depende da implementação das recomendações 2 a) , b) e c).</p> <p>d) Concordamos parcialmente. Está sendo cobrado, rotineiramente, o “documento motivador do deslocamento”, juntamente com a solicitação de viagem. Entretanto, ressalvas devem ser feitas para reuniões articuladas e contatos agendados por telefone, quase sempre pela Assessoria Especial do Ministro, Assessoria de Comunicação Social e Chefe de Gabinete, cujas reuniões não têm agenda, até mesmo pelo papel de articulador político que desempenha, e como Secretário Geral do PRONASCI. Outras vezes, na qualidade de Assessores do Ministro, os servidores intermediam conflitos e a proposição de encontros e reuniões entre as partes interessadas para solução dos casos se originam muitas vezes do Gabinete. Essas excepcionalidades vêm sendo detalhadas nas próprias solicitações no SCDP ou em memorandos apensos ao</p>	<p>30/08</p> <p>30/08</p> <p>30/08</p>
--	--	---	--

	<p>e) Fazer constar dos processos de concessão de diárias e passagens especificação completa do período de realização do evento, o qual deve ser condizente com o período de afastamento do beneficiário.</p>	<p>processo.</p> <p>e) Acatamos a recomendação. Está sendo dada mais ênfase à importância do preenchimento correto das informações apostas nas solicitações. Entretanto, excepcionalmente, há casos em que reuniões emergenciais, convocadas pela Chefia de Gabinete ou pelo próprio Ministro, ultrapassam o tempo estimado e é necessária a permanência dos participantes para não interromperem os trabalhos – tanto que o próprio SCDP prevê a prorrogação da permanência do proposto.</p>	30/08
--	---	---	-------

13. Determinações e recomendações do TCU

Não houve ocorrências no período.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

15. Dispensas de Instauração de TCE eTCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não houve ocorrências no período

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Obs: Qtde – posição em 31.12; Despesa – total incorrido no exercício.

(Quantitativo considera a localização física do Servidor, a despesa alta decorre de funções deslocadas para exercício de servidores noutras unidades, bem como a despesa baixa decorre de servidores em exercício nesta Coordenação-Geral com funções de outras unidades.)

Tabela 24

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	35	1.332.792,05	30	1.416.837,42	30	1.401.436,73
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade						
Total Pessoal Próprio	35	1.332.792,05	30	1.416.837,44	30	1.401.436,73

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	0	0	0	0	0

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	23	1.177.963,69	21	1.284.067,28	28	1.601.094,66

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza						
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	50	641.715,27	113	3.730.655,13	116	6.889.604,90
Pessoal Terceirizado Outras atividades						
Estagiários	9	50.640,00	9	50.640,00	9	47.880,00
Total Pessoal Terc + Estag	59	692.355,27	122	3.781.295,13	125	6.937.484,90

Obs. :Pessoal terceirizado de Apoio Administrativo:

- (1) Computados os dados da Comissão da Anistia, não incluídos nos Relatórios de Gestão do GM de 2006 e 2007:
- (2) 35 terceirizados = R\$ 475.136,04 (2006)
- (3) 77 terceirizados = R\$ 2.431.395,36 (2007)

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus			2	124.683,18	3	243.593,54
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	17	207.283,35	28	266.267,06	25	306.303,55
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	17	207.283,35	30	390.950,24	28	549.897,09

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus						
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus						
Total Pessoal cedido pela Unidade						

Tabela 25

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	28	2.032.552,47
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	58	1.519.876,01
Total Geral	86	3.552.428,48

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins